



## **Carta do I Encontro Nacional de Agroecologia Indígena (ENAI)**

O I Encontro Nacional de Agroecologia Indígena (I ENAI) aconteceu no período de 26 a 29 de novembro de 2024, em Brasília, com a participação de mais de 50 povos indígenas de todo o Brasil. Ao todo, estiveram presentes cerca de 200 pessoas, vindas de todos os biomas brasileiros, Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, contemplando as diferentes regiões do país, Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

O evento foi organizado pelo Grupo de Trabalho (GT) Povos Indígenas da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que é uma iniciativa estruturada dentro da rede de movimentos e organizações que compõem o movimento agroecológico brasileiro. Estabelecido durante a plenária de 2022 em Belo Horizonte, seu principal objetivo é unir os povos indígenas em torno da agenda da Agroecologia, promovendo suas práticas, seus valores, seus saberes e suas formas de organização social. O GT conta com representantes de diversas etnias de todos os biomas do país, que compartilham a convicção de que a agroecologia é a principal alternativa viável para enfrentar as emergências climáticas.

A realização do primeiro Encontro Nacional de Agroecologia Indígena foi um dos encaminhamentos da Plenária Indígena que ocorreu durante o XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, em novembro de 2023, na cidade do Rio de Janeiro.

O I ENAI foi um momento histórico de protagonismo dos povos indígenas que se reuniram para debater, partilhar e construir, a partir de suas vivências coletivas e cosmovisões, a **Agroecologia Indígena**, com base no pensamento indígena sobre o manejo territorial e sobre práticas adotadas nos sistemas alimentares tradicionais. O que os não indígenas reconhecem como Agroecologia, têm suas bases nos conhecimentos milenares que guiam os Povos Indígenas ao longo dos tempos. Essas guianças atravessam perspectivas ecológicas de autodeterminação, espiritualidade e subjetividade. Sendo assim, essa produção de mundos dos povos indígenas atrelada à ancestralidade e ao diálogo harmônico com a natureza, deve ser reconhecida e valorizada como a matriz pioneira da construção do que hoje tem sido denominado de Agroecologia no Brasil.

Além de ser um marco significativo para o movimento indígena agroecológico, o encontro não é importante somente para nós, povos indígenas, mas ele apresenta grande relevância diante da emergência climática global.

Durante o evento, foram realizadas plenárias, cantos, rituais, rodas de conversa, exibição de filmes de produção indígena, trocas de experiências, de sementes e conhecimentos, nas quais foi enfatizada a importância das epistemologias indígenas para o estabelecimento de relações mais saudáveis com a natureza. Ocorreram debates sobre os princípios da Agroecologia na perspectiva indígena, onde os povos trouxeram suas experiências a partir dos biomas brasileiros (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal), levantando os principais desafios que os territórios vêm enfrentando relacionados às questões climáticas, territoriais e de



soberania alimentar, apresentando as experiências exitosas e os possíveis caminhos a serem trilhados diante desses desafios.

As rodas de conversa abordaram políticas públicas voltadas aos povos indígenas, com a presença de órgãos governamentais e não-governamentais, a partir das seguintes temáticas: Políticas relacionadas à Produção e Comercialização de Alimentos; Saúde Indígena e Agroecologia; Produção de Alimentos Saudáveis, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Indígenas; Ações de Pesquisa e ATER em Territórios Indígenas; e, Financiamento dos Sistemas Agrícolas Indígenas.

Também, ocupamos a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais da Câmara dos Deputados, presidida pela Deputada Federal Célia Xakriabá, para debater a importância da Agroecologia nos Territórios Indígenas. Durante a audiência pública estiveram reunidos: o GT Povos Indígenas da ANA, lideranças indígenas de variados territórios, representantes do MPI, da APIB, da FUNAI, da ANA e da rede CATRAPOVOS. A audiência proporcionou um espaço de valorização dos saberes indígenas, a partir do reconhecimento de suas práticas tradicionais, sendo construídas estratégias para o enfrentamento da crise climática.

Diante disso, propomos:

- Fortalecer a participação indígena em espaço políticos como os conselhos municipais, estaduais e nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Valorizar a cultura alimentar indígena como enfrentamento aos ultraprocessados;
- Promover o fortalecimento das organizações coletivas indígenas;
- Que as agências de financiamento construam editais específicos voltados ao fortalecimento da Agroecologia em territórios indígenas, priorizando organizações que tenham liderança dos próprios sujeitos originários;
- Facilitação e simplificação do acesso dos Povos Indígenas a todos os programas, projetos e políticas públicas, financiados pelo Estado brasileiro a fim de garantir recursos destinados à promoção da Agroecologia Indígena;
- Formação em gestão de projetos dentro das organizações indígenas;
- Construir um Sistema Nacional de Agroecologia Indígena baseada no SISAN;
- Estabelecer cota indígena nas vagas de profissionais contratados ou concursados nas instituições que acessem recursos públicos para desenvolver Pesquisa e ATER em territórios indígenas;
- Criação e regulamentação das políticas públicas para a saúde indígena que possam atender nossas demandas, com base nas sabedorias ancestrais de cura, compreendendo que a Agroecologia faz parte da promoção e do cuidado à saúde;
- Criação de redes de Agroecologia Indígena nos estados;
- Demarcação dos territórios indígenas como estratégia de enfrentamento às emergências climáticas;



- Promoção e financiamento das feiras indígenas de trocas de sementes e saberes e de comercialização da produção indígena;
- Os princípios da Agroecologia precisam ser trabalhados na Educação Escolar Indígena;
- Fortalecer espaços estratégicos no Ministério dos Povos Indígenas;
- Que o Ministério dos Povos Indígenas e suas secretarias, departamentos e coordenações devam e possam ser ocupados por indígenas que dialoguem com as necessidades dos movimentos e movimentos de Agroecologia. E que na necessidade de indicação/alteração também haja diálogo com os Movimentos de Agroecologia Indígena;
- A APIB e suas organizações de base devem pautar o tema da Agroecologia Indígena em seus espaços de debates e formações, a exemplo do ATL;

Por fim, ficou evidente entre os participantes que a Agroecologia deve ser entendida para além da produção econômica, da conservação ou proteção do ambiente. Pois ao longo de toda a caminhada percorrida até a realização do ENAI e durante este, evidenciou que a Agroecologia Indígena inclui seres humanos, animais, não-humanos, plantas, água, encantados, ancestralidade, por isso deve ser entendida como um modo de (re) existência, um modo de construir mundos para todos esses seres. A produção de mundos dos povos indígenas, baseada numa conexão ancestral com a natureza, deve ser reconhecida e valorizada como a matriz pioneira da construção do que hoje tem sido denominado de Agroecologia no Brasil, como estratégia para construirmos um bem-viver e promovermos a proteção dos territórios.

Assinam a carta, representante dos seguintes povos que estiveram presentes no I ENAI: